ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2024.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ISNARD ARAÚJO

2º SECRETÁRIO: VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ANDERSON NINHO, ARNANDO LESSA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DUDA SANCHES, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 44/24 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 59/24 e 53/24, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.813/24 e 9.815/24; Projetos de Lei n.s 101/24 do vereador Carlos Muniz, 102/24 do vereador Randerson Leal, 103 e 104/24 do vereador Teo Senna, 105/24 do vereador George Reis, 106/24 do vereador Randerson Leal e 107 a 109/24 do vereador Julio Santos; Projetos de Indicação n.s 70/24 do vereador Isnard Araújo, 71/24 do vereador Sílvio Humberto e 72 a 74/24 do vereador Julio Santos; Projetos de Resolução n.s 45 e 46/24 do vereador Randerson Leal, 47 e 48 da Mesa Executiva, 49 e 50/24 do

vereador Carlos Muniz e 51/24 do vereador Isnard Araújo; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 26/24 do vereador Isnard Araújo e 27/24 do vereador Sílvio Humberto; Moções n.s 113 e 114/24 da vereadora Laina Crisóstomo; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, em comunicação inadiável, o vereador Kiki Bispo informou a presença de membros da Defensoria Pública, sobre cujo pleito expôs, pedindo espaço para a categoria na Tribuna Popular. Pela ordem, associaram-se os vereadores Augusto Vasconcelos, Leandro Guerrilha, Isnard Araújo e Ireuda Silva. O senhor presidente explicou que o uso da Tribuna, nesta Sessão, pelos representantes da Defensoria Pública só seria possível em caso de ausência de alguma entidade já inscrita. Orientou os defensores públicos a se inscrever para a semana seguinte, caso não conseguissem o espaço neste dia. Em seguida, constataram-se as ausências das duas representações inscritas para a Tribuna. Assim, na **Tribuna Popular**, teve espaço a senhora Melisa Teixeira, da Associação de Defensores e Defensoras da Bahia (Adep-BA), que assinalou a necessidade de a Defensoria ainda chegar a muitas comarcas. Expôs sobre os variados tipos de demanda atendidos pelos defensores e disse não entender o tratamento que era dado a esse trabalho tão necessário à população. Explicou a luta pelo Projeto de Lei Complementar (PLC) n. 154/23, em tramitação na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), o qual assegurava a simetria constitucional dos defensores com as outras carreiras jurídicas. Esclareceu que esse pleito envolvia melhor estrutura de trabalho e maior quantidade de defensores. Informou a greve que haviam iniciado no dia 15. Agradeceu ao senhor presidente e, nominalmente, a outros edis que prestaram acolhimento à luta da categoria, exortando seus pares a uma salva de palmas aos vereadores, o que foi feito. O senhor presidente colocou a Casa à disposição dos defensores públicos. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Hélio Ferreira e Joceval Rodrigues (ambos, 14 de maio). Pela ordem, o vereador Isnard Araújo registrou a presença do deputado estadual Jurailton Santos. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Duda Sanches criticou

a postura do governador do Estado em relação à Defensoria Pública, cuja importância para os cidadãos enalteceu. Colocou a Casa à disposição da categoria. O vereador Luiz Carlos Suíca expôs sobre o PLC n. 154/23 e defendeu a criação de mais cargos na Defensoria Pública. Também defendeu a ampliação da mediação e o reajuste remuneratório da categoria. Ponderou sobre o uso da greve como último recurso na defesa de direitos e afirmou que esse recurso não era o objetivo maior. Assumiu a Presidência o vereador Isnard Araújo. O vereador Augusto Vasconcelos observou o *status* elevado que a Constituição Federal atribuíra à Defensoria Pública em razão das importantes demandas de sua responsabilidade, sobretudo com relação à população mais pobre. Apontou o *deficit* de mais de 100 comarcas na cobertura da atividade da Defensoria no Estado e defendeu o PLC n. 154/23. O vereador Kiki Bispo contou conhecer de perto, como advogado, o trabalho da Defensoria Pública, o qual enalteceu. Criticou o Governo do Estado por declarar cuidar de gente e tratar mal um serviço tão importante. Colocou-se à disposição da categoria. O vereador Leandro Guerrilha repudiou o tratamento dado aos defensores públicos, destacando o acesso à Justiça que eles possibilitavam aos mais carentes. Parabenizou a coragem da categoria em sua luta. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente Isnard Araújo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO